



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA

Equipe de Correição: Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque (Juíza Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Aryoswaldo José Brito Espínola, Cláudia Maria Bandeira, Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Ozanete Gondim Guedes Pereira, Silvana Marsicano Franca e Vinicius Gomes Mota.

Jurisdição	Alagoa Grande, Alagoinha, Araçagi, Araruna, Areia, Bananeiras, Belém, Borborema, Cacimba de Dentro, Caiçara, Casserengue, Cuitegi, Dona Inês, Duas Estradas, Guarabira, Lagoa de Dentro, Logradouro, Mari, Mulungu, Piloes, Piloezinhos, Pirpirituba, Riachão, Serra da Raiz, Serraria, Sertãozinho, Solânea, Tacima
Normativo de criação	Lei nº 7.471, de 30/4/1986
Data de instalação	14/9/1987
Data da última correição	19 de setembro de 2023
Período de correicionado	1º/9/2023 a 30/4/2024

Aos 5 de junho de 2024, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **HERMINEGILDA LEITE MACHADO**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da Vara do Trabalho de Guarabira, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 010/2024, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A Desembargadora Corregedora, acompanhada da Juíza Auxiliar da Corregedoria, Larissa Leônia Bezerra de Andrade Albuquerque, da Secretária da Corregedoria, Ozanete Gondim Guedes Pereira e do servidor, Aryoswaldo José Brito Espínola, foram recebidos pela Juíza titular, Ana Claudia Magalhaes Jacob, pelo Diretor de Secretaria, Carlos Andre Dias dos Santos, e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/9/2023 a 30/4/2024 (8 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Ana Claudia Magalhaes Jacob	Ato TRT SGP nº 077/2023 - 2/6/2023

1.2 Servidores lotados na Unidade

A Vara do Trabalho de Guarabira conta, atualmente, com **12** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Carlos Andre Dias dos Santos	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	1º/4/2024
Flávia Raquel Miranda Dias	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	20/6/2023
Francisco Petrônio Alves	Secretario de Audiencia	7/3/2016
Germana Lucia Batista de Almeida	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	1º/4/1993
Glauco Vladimir Meira Costa	Técnico Judiciário – Calculista	6/10/2017
Guimualdo Barbosa de Farias	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	6/10/2017
Gustavo de Moraes Bittencourt	Analista Judiciário Oficial Justiça Avaliador Federal	2/7/2018
Jose Spartaco Cardoso	Analista Judiciário Oficial Justiça Avaliador Federal	6/10/2017
Roberto Barbosa Aguiar	Técnico Judiciário – Secretario de Audiencia	5/12/2016
Severino Artur da Silva	Técnico Judiciário – Calculista	1º/4/1993



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Valter Luis de Souza Cavalcanti	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	1º/4/1993
Willane de Freitas Oliveira	Analista Judiciário – Assistente III	13/3/2017

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe. Informou, ainda, que os servidores da Unidade, devidamente habilitados, permanecem utilizando, quando necessário, a ferramenta eletrônica WIKI-VT, como auxílio para a tramitação dos processos. Por último, destacou que a Unidade adota boas práticas, a exemplo das reuniões de execuções e de processos na fase de conhecimento quando estes são conexos ou dependentes. Além disso, a Unidade se antecipa às audiências em casos de petição de acordo e de instrução, em processos com identidade de reclamado. Também é realizada a homologação de acordos entre as partes, especialmente nos casos de pedido de parcelamento da dívida, conforme disposto no art. 916.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a Vara do Trabalho de Guarabira contabilizava, em 30/4/2024, um acervo processual de 1.789 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	496
Fase de Liquidação	132
Fase de execução	1154
Cartas precatórias e de ordem	7
TOTAL	1789

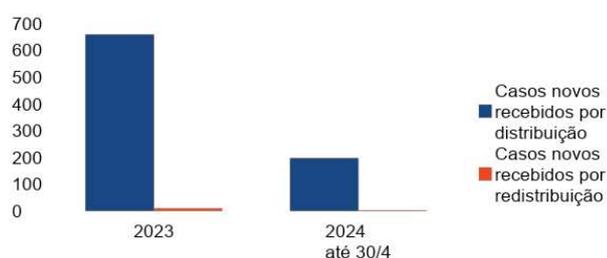
2.1 Fase de conhecimento



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

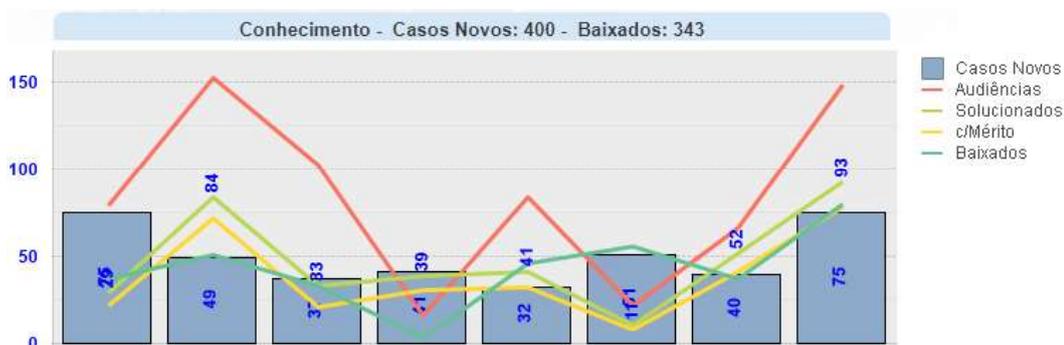
2.1.1 Casos novos

Item	2023	2024 até 30/4
Casos novos recebidos por distribuição	658	196
Casos novos recebidos por redistribuição	9	2
TOTAL	667	198



No período correccionado, há registro de 2 processos recebidos com sentenças anuladas (00000066-59.2023.5.13.0010 e 0000545-86.2022.5.13.0010), pela instância superior.

A seguir, gráfico contendo a relação entre o número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correccionado (setembro/2023 a abril/2024):



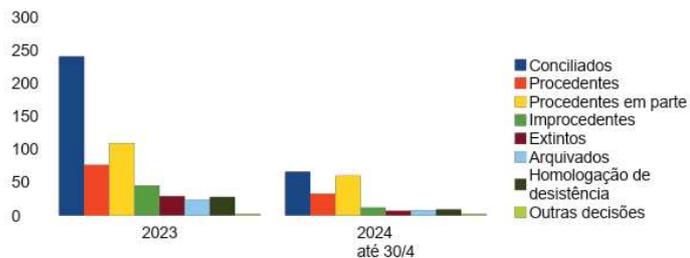
2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 30/4
------	------	---------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Conciliados	240	66
Procedentes	76	33
Procedentes em parte	109	60
Improcedentes	45	12
Extintos	29	7
Arquivados	24	8
Homologação de desistência	28	9
Outras decisões	2	2
TOTAL	553	197



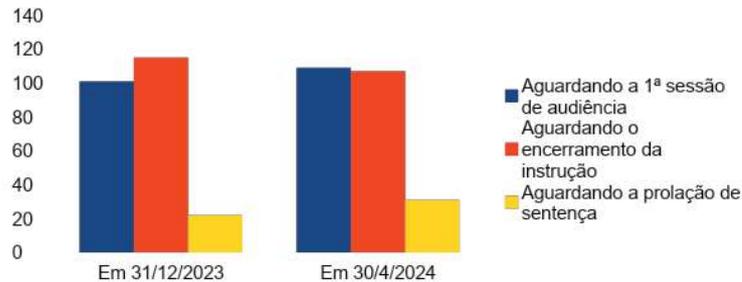
2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2023	Em 30/4/2024
Aguardando a 1ª sessão de audiência	101	109
Aguardando o encerramento da instrução	115	107
Aguardando a prolação de sentença	22	31
TOTAL	238	247



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2023	2024 até 30/4	Varição (%) 2023/2024
Fase de conhecimento	483	496	2,69%
Fase de liquidação	152	132	-13,16%
Fase de execução	1215	1154	-5,02%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	179	57	16	31	5
Conciliação em conhecimento	16	11	9	6	2
Conciliação em Execução	8	9	7	7	0
Una	0	14	26	8	0
Instrução	7	72	64	33	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Conforme informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, atualmente a Unidade correicionada realiza audiências de terça a quinta-feira, e, quinzenalmente, às segundas-feiras, uma pauta especial, contendo 20 processos com audiência inicial.

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2023	2024 até 30/4
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	47	71
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	49	104
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	92	155
Da conclusão à prolação da sentença	18	33
Do ajuizamento até a prolação da sentença	98	172

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2023	2024 até 31/3
Embargos de declaração	Recebidos	133	58
	Baixados	142	61
	Pendentes	5	3
Tutela Provisórias	Recebidos	50	22
	Apreciadas	37	23
	Pendentes	10	2
Liquidação/ Execução	Recebidos	46	19
	Baixados	37	16
	Pendentes	12	11

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/9/2023 a 30/4/2024			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	158	143	21
Recurso adesivo	4	3	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Agravo de petição	44	38	4
Total	206	184	26

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2023**: **123** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **86** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **111** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **30/4** é de **214** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **129** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **174** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **98** dias, para o ano base de **2023** e de **172** dias, relativo a este ano de **2024**, até **30 de abril**. Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2023**, foi de **1.667** dias, e de **1.102** dias, referente ao exercício atual até o dia **30 de abril**.

8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 30/4
Execuções pendentes	1268	372
Execuções iniciadas	311	106
Desarquivados	73	18
Recebidos de outros Órgãos	-	-
Execução de título extrajudicial	4	-
Execuções encerradas	439	147
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	34	2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A seguir, gráfico contendo a relação entre o número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correicionado (setembro/23 até abril/24).



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 30/4
Acordo	PJe	R\$5.560.840,76	R\$ 2.427.509,16
Espontâneo	PJe	R\$582.712,61	R\$ 359.538,49
Execução	PJe	R\$4.271.728,60	R\$ 1.118.743,09
TOTAL		R\$ 10.415.281,97	R\$ 3.905.790,74

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 30/4
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 164.318,27	R\$ 44.829,06
Contribuição previdenciária	PJe	R\$1.266.915,48	R\$ 411.702,15
Imposto de renda	PJe	R\$ 27.224,50	R\$ 7.174,87
TOTAL		R\$ 1.458.458,25	R\$ 463.706,08

10. DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Verificou a Desembargadora Corregedora que, no período correicionado, foram distribuídas, no sistema PJe, 400 diligências por 02 oficiais de justiça avaliadores federais. Segundo informações prestadas pelo diretor de secretaria, existe uma divisão automática baseada em áreas predefinidas pelas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

idades (determinadas pelas regras de zoneamento) e estabelecidas de comum acordo entre os dois oficiais. A área 1, sob responsabilidade do Oficial de Justiça, José Spartaco Cardoso, abrange as seguintes localidades: Alagoa Grande, Alagoinha, Araçagi, Areia, Belém, Caiçara, Cuitegi, Duas Estradas, Lagoa de Dentro, Mulungu, Pilões, Pilõezinhos, Pirpirituba e Serra da Raiz. Já a área 2, supervisionada pelo Oficial de Justiça, Gustavo de Moraes Bittencourt, engloba as seguintes cidades: Araruna, Bananeiras, Borborema, Cacimba de Dentro, Casserengue, Dona Inês, Logradouro, Mari, Riachão, Serraria, Sertãozinho, Solânea e Tacima. No caso da cidade de Guarabira, a atribuição entre os dois oficiais é alternada automaticamente. A produtividade de ambos oficiais é alimentada no sistema SIGEP ONLINE, pelo oficial de justiça. A produtividade do oficial de justiça, nos limites estabelecidos pela Recomendação TRT SCR nº 08/2013, apresenta-se assim demonstrada no período correicionado, no PJe:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO PJe (1º/9/2023 a 30/4/2024)			
Oficiais de Justiça	Diligências distribuídas	Diligências cumpridas	Diligência pendentes em (24/5/2024, às 16h30)
Gustavo de Moraes Bittencourt	178	169	2
Jose Spartaco Cardoso	222	195	8

Fonte: Pje

11. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

11.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

PERÍODO CORREICIONADO 1º/4/2023 a 31/3/2024		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	465
INFOJUD	PJe	103
SIMBA	PJe	1
INFOSEG	PJe	37
RENAJUD	PJe	102
BNDT	Pendentes (PJe)	88
	Incluídos (PJe)	198

12. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	97,09%
Unidade Correicionada	83,67%

Meta 1/2024 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	86,41%
Unidade Correicionada	94,98%

Para efeito de controle da **Meta 1/2024**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **196** casos novos (por distribuição) e **189** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de R\$ 94,98%.

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023 pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,38 da Meta 2
	99,86% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	106,32% da Meta
	98,87% dos processos distribuídos até até 31/12/2021



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 2/2024 – Identificar e julgar, até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais.

IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,72% da Meta 2
	99,25% dos processos distribuídos até 31/12/2022
Unidade Correicionada	103,20% da Meta 2
	95,97% dos processos distribuídos até 31/12/2022

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,14% da Meta 3
	34,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	131,77% da Meta 3
	52,71% de índice de conciliação

Meta 3/2024 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2021/2022, em 0,5 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38%	
Unidades de primeiro grau do TRT	111,78% da Meta 3
	41,77% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	120,27% da Meta 3
	44,95% de índice de conciliação

Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.

Unidades de primeiro grau do TRT	112,88%
Unidade Correicionada	101,20%

Meta 5/2024 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	45,65%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidade Correicionada	42,88%
-----------------------	---------------

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2024-01	46	29	317	445	87,33	93,88	91,04	
2024-02	56	45	311	421	75,30	85,05	80,62	
2024-03	37	38	316	413	69,45	78,67	74,39	
2024-04	80	58	313	389	58,83	69,59	64,34	

JUÍZES

13. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

Juíza Titular

ANA CLÁUDIA MAGALHÃES JACOB			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOPje	20/11/2023 a 19/12/2023	30
Férias	SAOPje	15/2/2024 a 15/3/2024	30

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

13.1 Audiências realizadas- Fonte: Hórus (1º/9/2023 a 30/4/2024)

	Una	Enc. Instrução/ Inquirição testemunha	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Ana Claudia M. Jacob	48	-	171	268	55	59	601
Mariana Petit H. de Brito	-	-	10	-	4	5	19
Adriano Mesquita Dantas	-	-	-	4	-	-	4

13.2 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação Execução	Total
Ana Claudia Magalhaes Jacob	97	35	17	149
Lindinaldo Silva Marinho	-	2	-	2
Mariana Petit Horácio de Brito	2	1	8	11

14.) PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

14.1. Processos solucionados (1º/9/2023 a 30/4/2024)

Magistrados	Com Exame do mérito				Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Adriano Mesquita Dantas	8	-	-	-	4	-	-	12
Ana Claudia Magalhaes Jacob	114	75	102	19	13	19	18	360
Mariana Petit Horácio de Brito	5	-	-	2	-	-	2	9

No período correicionado, a Juíza titular laborou 140 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,57 processos/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

14.2 Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	200
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	134
Homologação da Transação Extrajudicial	18



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	200
Consignação em Pagamento	10
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	9
Embargos de Terceiro Cível	3
Tutela Antecipada Antecedente	2
Petição	2
Alvará Judicial - Lei 6858/80	2
Ação Civil Pública Cível	2

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrada	Sentenças líquidas	%
Ana Claudia Magalhaes Jacob	99	55,93%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrados	Total
Adriano Mesquita Dantas	12
Ana Claudia M. Jacob	359
Mariana Petit H. de Brito	9

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 31 dias

Magistrado	Dias
Ana Claudia M. Jacob	31
Mariana Petit H. de Brito	5

17. DO OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2023 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório de 2023, em novembro, tendo a Juíza Titular enviado resposta em 12 de dezembro de 2023, destacando que a Unidade tem envidado todos os esforços



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

para atingir o cumprimento da Meta 1 do CNJ, pontuando que as recentes mudanças de titularidade pela qual atravessou a Vara, como também os períodos de férias regulamentares dos Juízes anteriores, inclusive da atual magistrada titular, sem designação legal de substitutos nos períodos referidos, impactaram, sobremaneira, o julgamento das demandas. Informou o empenho da equipe em reduzir o tempo médio de duração do processo nas fases de conhecimento e execução, tendo sido pautados processos dessas fases processuais na realização das duas semanas de conciliação, buscando a conciliação das demandas. Também destacou o zelo em acompanhar o lançamento, no Pje, dos pagamentos de créditos trabalhistas, implementando a obrigatoriedade em observar, quando do arquivo dos autos, o cumprimento da citada tarefa, bem como, evidenciou a necessária diligência para a prolação de sentenças líquidas. Ressaltou, ainda, o acompanhamento, de forma prioritária, da inclusão dos processos no BNDT, com a utilização da ferramenta Gigs. Por fim, registrou que a Unidade vem implementando tarefas para acompanhar as diligências em relação às pesquisas eletrônicas, enfatizando o Sisbajud.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre setembro de 2023 e abril de 2024 - 8 meses:

Movimentação	Valor total
--------------	-------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Pagamento ao advogado	R\$ 822,57
Pagamento em favor de perito	R\$ 950,30
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 2.400,93
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 19.393,27
Recolhimento de contribuições previdenciárias	R\$ 2.383,31
Recolhimento de custas processuais	R\$ 73,84
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra Vara do Trabalho	R\$ 2.436,11
Total	R\$ 28.460,33

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 004/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários.

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR nº 110/2023 destaca a importância de registrar, na ata de correição, a participação em cursos por parte de magistrados e servidores. Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024), no exercício anterior, registra-se a presença da Juíza titular Ana Cláudia Magalhães Jacob em dois cursos de formação continuada, com duração mínima de 30 horas-aula por semestre, conforme estipulado no artigo 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011, listado abaixo.

Magistrada	Descrição - 1º e 2º semestres
------------	-------------------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Ana Cláudia Magalhães Jacob	Reciclagem dos Conciliadores: Conciliar e Mediar na Justiça do Trabalho (autoinstrucional) PROAD 1787/2023 - 6/março a 24/abril - 40 h/a Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a
------------------------------------	---

Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD N° 2291/2024) e SEGEPE (PROAD 2292/2024), os servidores lotados na Unidade correicionada abaixo relacionados estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.

Servidores	Descrição
CARLOS ANDRE DIAS DOS SANTOS	2º WEBINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LGPD E PROVAS DIGITAIS: VINHO VELHO EM ODRES NOVOS? / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 15ª REGIÃO TRT - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: FELICIDADE, ENGAJAMENTO, SATISFAÇÃO E BEM-ESTAR / ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUCAO DE EVENTOS LTDA / CURSO IN COMPANY INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JUL/2023) / ENAP WEBINÁRIO SISTEMA DE AUDIÊNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - AUD 4 / CSJT - CEDUC - JT TRT - SUSTENTABILIDADE, PREVENÇÃO DE INCÊNDIO E DE ACIDENTE NO TRABALHO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JUL/2023) / ENAP TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - ENCONTRO INSTITUCIONAL: A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL TRABALHISTA, A CULTURA DA PAZ E OS PRECEDENTES JUDICIAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO COTIDIANO - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - PLATAFORMA DIGITAL - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR, A LUZ DAS RESOLUÇÕES 303/2019-CNJ - ALTERAÇÃO RES. 482/2022 E 314/2021 - CSJT. FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE PRECATÓRIOS - GPREC TRT - PRECEDENTES NO PROCESSO DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL
FERNANDO NICOLAU DE ARAÚJO	EMAG CONTEUDISTA (TURMA MAI/2023) / ENAP TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	TRT - OTIMIZANDO O TRABALHO COM A EXTENSÃO +PJE E AVJT / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL
FLÁVIA RAQUEL MIRANDA DIAS	TRT - ACELERAÇÃO DE CARREIRA - LIDERANÇA FEMININA - TURMA MANHÃ - JOÃO PESSOA-PB / CKZ DIVERSIDADE
GERMANA LUCIA BATISTA DE ALMEIDA	TRT - ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO AMBIENTE JURÍDICO / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO TRT - SEMINÁRIO SOBRE DIVERSIDADE E CONTRATO DE TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - INTRODUÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - DISCRIMINAÇÃO RACIAL E GÊNERO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - ASSEDIO MORAL NO TRABALHO: VAMOS FALAR SOBRE ISSO? - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - ASSEDIO MORAL E ASSEDIO SEXUAL - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
GLAUCO VLADIMIR MEIRA COSTA	TRT - TRELLO BÁSICO - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL EMAG CONTEUDISTA (TURMA MAI/2023) / ENAP
GUIMUALDO BARBOSA DE FARIAS	TRT - ASSEDIO MORAL NO TRABALHO: VAMOS FALAR SOBRE ISSO? - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - INTRODUÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) TRT - IDENTIDADE NEGRA: CONCEITOS, LUTAS E RESISTÊNCIA TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO WEBINÁRIO PREVJUD EXPLICADO: AGILIDADE E EFETIVIDADE AOS PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS / CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ TRT - OTIMIZANDO O TRABALHO COM A EXTENSÃO +PJE E AVJT / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL NOVEMBRO AZUL COM A PALESTRA - PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21ª REGIÃO EMAG CONTEUDISTA (TURMA MAI/2023) / ENAP ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO TRABALHO - TURMA 1 / ILB DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES - TURMA 1 / ILB
ROBERTO BARBOSA AGUIAR	WEBINÁRIO SISTEMA DE AUDIÊNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - AUD 4 / CSJT - CEDUC - JT TRT - TEORIA DA INTERPRETAÇÃO: POR TRÁS DAS DECISÕES JUDICIAIS - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TRT - PROFISSÕES REGULAMENTADAS - REVISAO E ATUALIZACAO - MÓDULO 3 (ATUALIZADO 2022) - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - INTRODUÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL)</p> <p>TRT - IDENTIDADE NEGRA: CONCEITOS, LUTAS E RESISTÊNCIA TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO: VAMOS FALAR SOBRE ISSO? - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>EMAG CONTEUDISTA (TURMA MAI/2023) / ENAP</p> <p>TRT - TRELLO BÁSICO - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
VALTER LUIS DE SOUZA CAVALCANTI	<p>TRT - DIREITO PREVIDENCIÁRIO APLICADO ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDA</p> <p>TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>EMAG CONTEUDISTA (TURMA MAI/2023) / ENAP</p>
WILLANE DE FREITAS OLIVEIRA	<p>TRT - DIREITO PREVIDENCIÁRIO APLICADO ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDA</p> <p>4º ENCONTRO VIRTUAL - LIDERANCA DIGITAL PARA MULHERES / CEDUC-JT DO CSJT</p> <p>TRT - OTIMIZANDO O TRABALHO COM A EXTENSÃO +PJE E AVJT / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - DISCRIMINACAO RACIAL E GÊNERO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO AMBIENTE JURÍDICO / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO</p> <p>EMAG CONTEUDISTA (TURMA JUN/2023) / ENAP</p>

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados 58 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 110/2023, havendo a prolação de 4 despachos correicionais no PJe.

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 (dez) dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

21. RECOMENDAÇÕES

21.1 Recomendações gerais

- a) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, em conformidade com o Ato TRT SCR nº 110/2023;
- b) analisar a possibilidade de aderir à boa prática de dar preferência à inclusão em pautas de conciliação do que conclusão para sentença, nos processos em que há pedido para a homologação de transação firmada entre as partes (ex: 0000381-87.2023.5.13.0010);
- c) considerar a possibilidade de aderir à boa prática de incluir imediatamente na pauta de audiências as ações do tipo Homologação da Transação Extrajudicial, evitando-se o ocorrido no processo 0000067-10.2024.5.13.0010 que autuado em 21/02/2024, só teve o acordo homologado em 24/05/2024, o que impacta, negativamente, na estatística da Unidade;
- d) reforçar com a equipe a necessidade de atenção quanto ao registro das parcelas de acordo, evitando-se a duplicidade de pagamento, a exemplo do ocorrido no processo 0000189-91.2022.5.13.0010;
- e) instruir a equipe a proceder ao correto cadastro das parcelas dos acordos homologados pelo juízo, inclusive, no que diz respeito às verbas previdenciárias e custas processuais, mesmo dispensadas;
- f) orientar a equipe a observar o transcurso do prazo previsto no art. 883-A da CLT, atentando, ainda, para o artigo 5º do Ato nº 001/2022 da CGJT, vez que a inclusão, a alteração e a exclusão de dados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser precedidas de determinação judicial expressa, devendo a secretaria proceder à regularização de todos os processos em idêntica situação a observada no processo 0000271-88.2023.5.13.0010;
- g) anexar aos autos a primeira ordem de bloqueio no sistema SISBAJUD e acompanhar, regularmente, o “RELATÓRIO DE ORDENS JUDICIAIS - TEIMOSINHA”, monitorando os desdobramentos pendentes, evitando atraso



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

das providências em casos de bloqueios de quantias (ex: 0000387-94.2023.5.13.0010 e 0000179-13.2023.5.13.0010);

h) orientar a equipe a observar o disposto no caput do artigo 179 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, utilizando-se dos GIGs para monitoramento tanto na ação principal como na provisória, atentando à Secretaria, inclusive, para a conversão da execução provisória em definitiva, evitando o ocorrido nos autos de nº 0000154-97.2023.5.13.0010 que permaneceu tramitando na unidade judiciária em descumprimento à norma acima citada;

i) ao oficial de justiça, envidar esforços para cumprimento das diligências no prazo estabelecido pelo art. 28 do Provimento Consolidado deste Regional (art. 721, §§ 2º e 3º, da CLT), procedendo, com frequência, à revisão de diligências pendentes, evitando atrasos injustificados como o ocorrido no processo 0000447-67.2023.5.13.0010;

j) proceder à revisão dos processos arquivados provisoriamente, atentando para o CHIP “Arquivado Provisoriamente”, a fim de dar cumprimento ao disposto na Recomendação TRT13 SCR nº 007/2022, editada em razão da Consulta Administrativa 0000139-62.2022.2.00.0500, que padronizou os procedimentos atinentes à utilização dos fluxos de “Sobrestamento/Suspensão” em vez de “Arquivamento Provisório”, atentando especialmente para a conclusão correta no PJe - “Decisão Sobrestamento/Suspensão”, com o preenchimento do complemento adequado a cada situação (ex: 0000444-83.2021.5.13.0010), principalmente naqueles em que já houve o decurso do prazo prescricional aplicado (ex: 0000684-43.2019.5.13.0010);

l) proceder à revisão dos autos que aguardam a quitação de RPV's expedidas contra o Município de Araçagi, para analisar a possibilidade da reunião dos processos pendentes apenas de pagamento do débito previdenciário, com base no artigo 28 da Lei nº 6.830/1980;

k) uniformizar os procedimentos da Unidade Judiciária nos processos em execução contra a fazenda pública, a fim de que passem a consignar o prazo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

para pagamento quando da expedição dos ofícios RP/RPV expedidos no PEC (ex: 0000120-25.2023.5.13.0010);

m) observar com maior rigor o cumprimento do art. 129 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, abstendo-se de remeter processos ao arquivo definitivo sem proceder ao lançamento do movimento específico no PJe 'Quitado o precatório ou 'Quitada a RPV, como observado na consulta ao relatório SAOPJE “Processos arquivados com RPV/Precatório sem quitação”;

n) velar, sob pena de responsabilidade, pelos registros dos valores pagos ou recolhidos pelas partes, principalmente no que diz respeito às custas processuais e depósitos recursais quando da remessa dos autos ao 2º grau (ex: 0000110-78.2023.5.13.0010 e 0000154-97.2023.5.13.0010), devendo, ainda, atentar para os pagamentos/recolhimentos efetuados nas instâncias superiores, nos termos do art. 47 do Provimento Consolidado deste Regional, evitando, ainda, o arquivamento definitivo dos processos sem o devido registro de pagamento dos honorários periciais, a exemplo do processo 0000035-39.2023.5.13.0010;

o) orientar a equipe a sanear os processos arquivados com saldos em contas judiciais, atentando especialmente para o devido registro no Sistema Garimpo de todas as contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível para o cômputo dos valores liberados;

p) incentivar a equipe a boa prática de fazer uso do PJe Gestão, startup deste Regional que possibilita a reunião de diversos relatórios na tela inicial do sistema PJe;

q) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora observa que a Vara do Trabalho de Guarabira está firmemente comprometida em aprimorar a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

entrega da justiça, com o objetivo de equiparar-se aos padrões de eficiência alcançados por unidades judiciárias de similar envergadura.

Parabeniza a Unidade correicionada pela expressiva redução em relação ao tempo médio de duração do processo na fase de execução - de 1.667 dias em 2023 para 1.102 dias -, neste ano de 2024 até 30 de abril, recomendando à equipe que seja dada continuidade ao trabalho até o final deste exercício.

Destaca, com satisfação, o cumprimento da Meta 2/2023 (106,32%) e neste exercício, especificamente de janeiro a abril, vem a Unidade correicionada atingindo o índice de 103,290%. De igual modo, a unidade é parabenizada pelo atingimento da Meta 5/2023 (101,20%), sendo concitada a atingir o mesmo desempenho no exercício corrente, que vem apresentando o índice de 42,88%. Constata a Corregedoria, também, o ótimo índice de conciliação (44,95%), superior à meta do Regional, referente ao exercício atual (janeiro a abril), o que vem refletindo no cumprimento parcial da Meta 3 do CNJ, apresentando o percentual de 120,27%, alcançada no exercício de 2023 (131,77%), recomendando à equipe a manutenção do desempenho até o final deste exercício.

Noutro norte, observa-se que é motivo de preocupação a elevação do tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento - de 98 dias em 2023 para 172 dias no atual exercício até abril, o que certamente impactou para o não atingimento da Meta 1/2023 (83,07%) e que, neste exercício, vem apresentando o índice de 94,98%, exortando a Desembargadora Corregedora que a unidade judiciária vele pelo acompanhamento constante desses prazos, com objetivo de proporcionar aos jurisdicionados a célere entrega da prestação jurisdicional.

Observa-se, ainda, que as sentenças não estão sendo prolatadas predominantemente de forma líquida, recomendando-se que somente ocorra a opção por não liquidar em virtude de real impossibilidade.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação da magistrada titular e servidores em cursos específicos voltados à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aqueles relacionados à mediação, conciliação e execução, consoante o Ato TRT SCR nº 110/2023.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Ozanete Gondim Guedes Pereira, secretária da Corregedoria, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações, consoante art. 7º do Ato TRT SCR nº 110/2023. A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

HERMINEGILDA LEITE MACHADO
Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS EM CORREIÇÃO

0000693-63.2023.5.13.0010	0000389-64.2023.5.13.0010
0000302-11.2023.5.13.0010	0000568-95.2023.5.13.0010
0000382-72.2023.5.13.0010	0000566-62.2022.5.13.0010
0000007-71.2023.5.13.0010	0000111-63.2023.5.13.0010
0000067-44.2023.5.13.0010	0000648-59.2023.5.13.0010
0000053-60.2023.5.13.0010	0000626-98.2023.5.13.0010
0000180-61.2024.5.13.0010	0000557-66.2023.5.13.0010
0000168-47.2024.5.13.0010	0000619-43.2022.5.13.0010
0000120-25.2023.5.13.0010	0000244-42.2022.5.13.0010
0000253-72.2020.5.13.0010	0000387-94.2023.5.13.0010
0000615-69.2023.5.13.0010	0000241-53.2023.5.13.0010
0000220-14.2022.5.13.0010	0000534-23.2023.5.13.0010
0000199-04.2023.5.13.0010	0000251-34.2022.5.13.0010
0000350-67.2023.5.13.0010	0000392-53.2022.5.13.0010
0000381-87.2023.5.13.0010	0000213-22.2022.5.13.0010
0000312-55.2023.5.13.0010	0000409-89.2022.5.13.0010
0000613-02.2023.5.13.0010	0000344-94.2022.5.13.0010
0000210-33.2023.5.13.0010	0000201-71.2023.5.13.0010
0000179-13.2023.5.13.0010	0000520-10.2021.5.13.0010
0000197-68.2022.5.13.0010	
0000307-33.2023.5.13.0010	

VISTOS EM CORREIÇÃO COM RECOMENDAÇÃO EM ATA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000154-97.2023.5.13.0010	0000110-78.2023.5.13.0010
0000189-91.2022.5.13.0010	0000684-43.2019.5.13.0010
0000160-07.2023.5.13.0010	0000444-83.2021.5.13.0010
0000271-88.2023.5.13.0010	0000569-17.2022.5.13.0010
0000505-70.2023.5.13.0010	0000584-83.2022.5.13.0010
0000259-74.2023.5.13.0010	0000680-64.2023.5.13.0010
0000067-10.2024.5.13.0010	0000447-67.2023.5.13.0010

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000235-46.2023.5.13.0010
0000192-46.2022.5.13.0010
0000492-08.2022.5.13.0010
0000137-61.2023.5.13.0010



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL
